



REQUERIMENTO Número / (.^a)

PERGUNTA Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**Considerando que:**

Na edição de dia 10 de junho, o semanário “Sol” publica uma notícia, com o título “Governo altera mapa para financiar colégio de amigos socialistas”, na qual se refere, e citamos, “dez dias depois de ter lançado o concurso para os colégios estabelecerem contratos de associação, o Ministério da Educação fez uma alteração nos limites geográficos que definem as áreas em que são apuradas carências na rede escolar pública. Esta alteração vai permitir que um colégio ligado ao PS possa ser contemplado com turmas financiadas até 2020”.

Trata-se, ainda de acordo com a notícia, da Escola Internacional de Torres Vedras.

O ajuste feito quinta feira, dia 8 de junho, pela Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) nos perímetros geográficos passa a incluir as freguesias de Santa Maria, São Pedro e Matacães nas zonas carenciadas na região de Torres Vedras, onde a oferta da escola pública é considerada insuficiente.

Ainda recorrendo à notícia do Sol, pode ler-se que “no documento publicado pela DGEstE vê-se que entre as freguesias de Torres Vedras há uma separação clara na distribuição dos futuros financiamentos públicos entre os colégios destas freguesias, estando prevista a celebração de um contrato de associação com um colégio para uma turma de 7.º ano (25 – 30 alunos) até ao ano letivo de 2019/2020 justamente na freguesia onde funciona a Escola Internacional. Uma situação que gerou «estranheza» e «dúvidas» tendo em conta que na mesma freguesia do colégio está a funcionar o Agrupamento de Escolas Padre Vítor Melícias - escola pública - que «tem vagas para a constituição de turmas», garante o jornal regional Badaladas. E, além desta, há ainda outras quatro escolas públicas naquelas freguesias, com turmas desde o 1.º ciclo ao ensino secundário. Tudo isto num cenário de «quebra acentuada de alunos» naquela região, sendo que há várias fontes que consideram «suficiente» a atual resposta dada pelas escolas públicas e pelo Externato de Penafirme, que desde 1975 acolhe os alunos daquelas freguesias que ficam sem lugar na escola pública”.

Isto acontece numa altura em que o Ministério de Educação anunciou que vai voltar a reduzir o número de turmas de início de ciclo financiadas nas escolas com contrato de associação, insensível às consequências desastrosas que este novo corte no ensino particular e cooperativo causa aos alunos, famílias e comunidades educativas abrangentes.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

A Deputada do CDS-PP, abaixo-assinada, vem por este meio requerer ao Ministro da Educação, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1- Quais os fundamentos para, 10 dias depois de ter lançado o concurso para os colégios estabelecerem contratos de associação, ter sido feita a alteração nos limites geográficos que vai permitir a inclusão das freguesias de Santa Maria, São Pedro e Matacães nas zonas carenciadas na região de Torres Vedras?

2- Que estudo de rede que foi feito e que justifica esta alteração ao mapa de rede de carências na rede escolar pública, em Torres Vedras? Existindo, onde pode ser consultado? Está V. Exa. em condições de o facultar?

Palácio de São Bento, segunda-feira, 12 de Junho de 2017

Deputado(a)s

ANA RITA BESSA(CDS-PP)